

HABEAS CORPUS Nº 570.485 - SP (2020/0079371-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : AUREO TUPINAMBA DE OLIVEIRA FAUSTO FILHO
ADVOGADO : AUREO TUPINAMBA DE OLIVEIRA FAUSTO FILHO -
SP311063
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUCAS DE SOUZA BERNARDO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCAS DE SOUZA BERNARDO em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal do Estado de São Paulo.

Narra o *writ* que o paciente foi denunciado com outras 6 pessoas pela suposta prática do crime de associação para o tráfico, previsto no art. 35 da Lei n. 11.343/06. Após investigação iniciada em julho de 2019, foi decretada a prisão temporária do paciente e seus supostos comparsas por 30 dias e renovada por mais 30 dias. O Ministério Público ofereceu denúncia e requereu a prisão preventiva.

Relata o impetrante que o magistrado, ao analisar a denúncia, se julgou incompetente por entender que os fatos descritos na acusação são da competência da Justiça Federal, contudo, mesmo sendo incompetente, decretou a prisão preventiva do paciente. Impetrado *habeas corpus* na origem, o relator indeferiu a liminar.

Requer a concessão da ordem liminar a fim de que seja revogada a prisão preventiva do paciente para que possa ser processado em liberdade. Salienta que o crime não é hediondo, o cidadão é primário e sua reprimenda possivelmente iniciaria em regime diverso do fechado em caso de condenação. Ressalta a decisão exarada pelo Supremo Tribunal Federal na Tutela Provisória Incidental n. 347/DF, datada de 17/3/2020, em virtude do risco de contaminação da COVID-19.

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ*

Superior Tribunal de Justiça

originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. **Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.**

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente